

Crise acelera aprovação da Lei do Gás

O marco regulatório para o setor de gás natural, proposto por Rodolpho Tourinho, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto – incluído na pauta em consequência da

decisão do governo boliviano de nacionalizar suas reservas de gás e petróleo – será enviado ao exame de outras comissões. Segundo Tourinho, a aprovação da proposta garantirá novos investimentos no Brasil. **Página 5**

Comissão vota Fundeb e regime para crimes hediondos

A CCJ concluiu a votação do fundo da educação básica, o Fundeb. A proposta segue para votação em Plenário. A comissão

também acolheu proposta de Demostenes Torres que dispõe sobre a progressão de penas para crimes hediondos. **Página 8**



Efraim preside a reunião da CPI em que foi ouvido o vereador Luís Oscar Vitale Jacob

Efraim vê envolvimento de casas de bingo no assassinato de Toninho do PT

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, disse que os depoimentos do garçom Anderson Ângelo e do vereador Luís Vitale comprovaram a participação de empresários de bingos na morte do então prefeito de Campinas. **Página 7**

Plenário e Comissão de Constituição e Justiça se mobilizam para dar respostas à crise provocada por decisão do governo boliviano de estatizar produção



José Jorge (D) discursa na CCJ, ao lado do presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães, e de Demostenes Torres

Reação de Lula gera mais críticas que elogios

A reação do governo brasileiro à iniciativa da Bolívia de interferir nas operações de empresas estrangeiras, entre as quais a Petrobras, recebeu ontem em Plenário mais críticas que elogios. Enquanto Tião Viana e Roberto Saturnino defenderam a postura de Lula, Antônio

Carlos Valadares, também da base governista, disse que Evo Morales agiu de forma traiçoeira; Arthur Virgílio considerou a resposta de Lula “um gesto pequeno da diplomacia brasileira”; José Agripino e Antero Barros cobraram do presidente a defesa dos interesses nacionais;

segundo Antonio Carlos Magalhães, Lula “é responsável pela crise que se avizinha”; Marco Maciel recomendou profissionalismo na política externa; e Ramez Tebet cobrou uma atitude “mais firme e menos ingênuas” nas relações com a Bolívia. **Páginas 4 a 6**

Renan assume interinamente Presidência do Brasil

O senador Renan Calheiros assume hoje interinamente a Presidência da República. A transmissão do cargo será feita às 7h45, na Base Aérea de Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viajará a Puerto Iguazú, na Argentina. Lula vai se reunir com os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, da Bolívia, Evo Morales, e da Venezuela, Hugo Chávez, para discutir a decisão do governo boliviano de nacionalizar as reservas de gás e petróleo. O senador Tião Viana, vice-presidente do Senado, assumirá interinamente a Presidência da Casa. Lula retorna a Brasília no início da noite e, às 19h, reassume a Presidência do Brasil. Em seguida, Renan reassume a Presidência do Senado.



Renan: no comando do governo enquanto Lula discute crise com chefes de Estado na Argentina

Comissão de Direitos Humanos aprova projeto de Pedro Simon que explicita no Estatuto do Idoso os deveres do MP sobre a tutela das pessoas com mais de 60 anos

Ministério Público pode garantir medicamento gratuito a idoso

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei que altera dispositivos do Estatuto do Idoso para explicitar os deveres e as prerrogativas do Ministério Público (MP) sobre a tutela e o direito dos idosos de obtenção gratuita de medicamentos.

De acordo com a proposta (PLS 362/05), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), caberá ao MP promover ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, como o acesso a alimentos e medicamentos. Também fica estabelecida pena de dois meses a um ano, além de multa, para quem privar o idoso desse acesso, e reclusão de quatro até 12 anos se a omissão resultar em morte.

– O projeto veio melhorar a redação do Estatuto, especialmente ao tornar crime a questão de negar o acesso dos idosos a alimentos e remédios – disse Paulo Paim (PT-RS), autor do estatuto.

A proposição apresentada por Simon segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Foi acolhido o Projeto de Resolução 82/05, que institui o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos, para reconhecer a atuação de pessoa ou instituição na promoção dos direitos humanos. A entrega dos diplomas, nas modalidades Atu-



Cristovam preside reunião que aprovou proposta para corrigir lacunas em estatuto

ação e Memória, será no dia 10 de dezembro, quando se celebra a adoção, pelas Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A proposta será submetida à CCJ e à Comissão Diretora do Senado.

A CDH aprovou ainda a realização de quatro audiências públicas. No Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, 12 de junho, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), Perly Cipriano, falará sobre o assunto. Em 17 de maio, outra audiência vai discutir os problemas estruturais das instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei (Febem). Será ouvido o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi.

Duas reuniões serão realizadas nos dias 31 de maio e 7 de junho, para debater o Plano Nacional de

Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Também serão ouvidos a Força Sindical; as confederações nacionais da Indústria e do Transporte; e os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; do Trabalho, Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

Uma sugestão da sociedade, apresentada pela Associação Capixaba de Supermercados, foi aprovada e transformada por Edison Lobão (PFL-MA) em duas proposições que serão encaminhadas à Mesa. A primeira é uma proposta de emenda constitucional que visa conceder imunidade tributária aos gêneros essenciais à alimentação básica. A segunda é um projeto de lei para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda não dependa de apresentação de prescrição médica.

Ana Júlia culpa governo do Pará por problemas com renúncia fiscal

Ana Júlia Carepa (PT-PA) responsabilizou o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), por problemas relativos à dispensa do recolhimento do ICMS a 187 empresas. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucional a Lei de Incentivos Fiscais do Pará foi dada em ação provocada pelo Ministério Público, acolhendo denúncia da vereadora de Belém Suely Oliveira (PT) e da deputada estadual petista Aracely Lemos.

A senadora acusou ainda o governo estadual de “usar a imprensa do Pará, divulgando informações inverídicas”. Segundo análise do governo do estado divulgada na imprensa paraense,



Roosevelt Fimheiro

Ana Júlia diz que governador tenta transferir culpa a parlamentares do PT

50% das empresas não sobreviverão sem os benefícios fiscais.

– Não podemos aceitar que o governo tucano tente esconder sua incompetência transferindo a responsabilidade para as parlamentares que agiram em defesa da lei, como provou a decisão do STF – disse Ana Júlia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por cinco MPs

Sessão deliberativa às 14h: na ordem do dia, cinco medidas provisórias trancam a pauta, como a que reajusta a tabela do Imposto de Renda (MP 280/06). Três propostas (MPs 278/06, 279/06 e 282/06) liberam verbas para ministérios. Já a MP 281/06 isenta investidores estrangeiros de pagar impostos sobre rendimentos de aplicações em títulos públicos federais.

Crise entre Bolívia e Brasil é tema de requerimentos

A crise aberta entre Bolívia e Brasil pela decisão boliviana de nacionalizar a exploração de petróleo e gás natural em seu território (no qual a Petrobras tem intensa atividade) motivou a apresentação de requerimentos solicitando audiências sobre o assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os pedidos serão votados na reunião de hoje, às 9h30. Os senadores querem conversar com o embaixador da Bolívia no Brasil e com representantes da Petrobras, entre outros.

Empregados domésticos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para discutir e votar nove projetos de lei, entre eles o que visa garantir o seguro-desemprego a empregados domésticos (PLC 105/05).

Emigração ilegal

A CPI da Emigração Ilegal reúne-se às 11h para votar requerimentos. Será ouvido José Madeira Martins, que hospedava em seu apartamento a brasileira Carla Vicentini, desaparecida nos EUA.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, César Borges e João Batista Motta

Alvaro lidera Bloco da Minoria em substituição a José Jorge

Valores

O senador José Jorge (PFL-PE) despediu-se ontem, após um ano, da liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado – formada por PFL e PSDB. O novo líder é Alvaro Dias (PSDB-PR). Ao discursar em Plenário, José Jorge declarou que “a relevância dessa função foi destacada pelo legislador constituinte, que incluiu o líder desse bloco entre os membros do Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente da República”.

José Jorge lembrou que a constituição de blocos parlamentares está prevista no Regimento Interno do Senado, em seu artigo 61, assim como a formação do Bloco da Minoria, no artigo 65. O senador também recordou que, há cerca de um ano, no dia 4 de maio de 2005, Sérgio Guerra (PSDB-PE) lhe transmitia o cargo que ele agora passou ao senador Alvaro Dias.

Entre os temas de que tratou como líder do Bloco da Minoria, José Jorge apontou a descoberta do esquema de favorecimento de parlamentares da base de apoio do governo (conhecido como mensalão); o esquema de financiamento ilegal chamado de valerioduto; o “desagradável” recorde da dívida pública do país, que atingiu R\$ 1 trilhão; e os “fracassos” na condução da política externa do governo Lula.

Por meio de apertes, José Jorge foi homenageado tanto por senadores da oposição como por governistas.

No discurso de posse na liderança da Minoria, Alvaro Dias enalteceu a atuação de José Jorge, dizendo pretender seguir seus passos com uma oposição construtiva, em favor do interesse público e na defesa das instituições democráticas. O parlamentar disse que desenvolverá seu trabalho buscando o consenso dos partidos que integram a oposição, comprometido com valores morais e éticos.

– Nestes tempos terríveis, em que falamos tanto de ética, esqueceram-se da moral, daí os últimos escândalos políticos serem a negação da moral e da ética. No lugar delas, brotaram valores amorais e antiéticos e é nossa missão ecoar o grito preso na garganta da decepção que inunda o cotidiano dos brasileiros de bem – assinalou.

Senadores da oposição e do governo saudaram o novo líder do Bloco da Minoria.



Alvaro afirma que lutará em defesa das instituições democráticas

Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

Foi empossado no início da noite de ontem o jornalista Antônio João Hugo Rodrigues na vaga do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que se licenciou para articular sua campanha ao governo de Mato Grosso do Sul. Presidente do diretório regional do PTB em seu estado, o novo senador assumirá o nome parlamentar de Antônio João. Logo após o presidente Renan Calheiros dar por empossado o primeiro suplente de Delcídio, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu a Antônio João que “seja compreensivo e, da mesma forma que Delcídio, sempre ajude a oposição nas votações desta Casa”.

MP que será enviada ao Congresso no dia 8 reconhecerá organização de representações sindicais, que deverão cumprir várias exigências



Gerardo Magela

Presidente do Senado (C) recebe representantes sindicais e do Ministério do Trabalho: diálogo para aprovar proposta

Renan apóia medida que regulamenta centrais sindicais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que apoiará a regulamentação das centrais sindicais, motivo de medida provisória que será enviada ao Congresso Nacional no próximo dia 8. A afirmação foi feita a um grupo de representantes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores e do representante do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas.

De acordo com o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o grupo está buscando apoio entre os parlamentares para suavizar a resistência que o Congresso Nacional tem contra medidas provisórias, mas também reconhece que não existe unanimidade.

– Essa é uma coisa que estamos trabalhando. Ontem [terça], nós conversamos com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, conversamos hoje [quarta] com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e vamos ainda marcar uma conversa com os presidentes dos partidos.

João Carlos assinalou que essa regulamentação vai reconhecer a organização das centrais sindicais, que existem de fato, mas não de direito. Outro ponto destacado pelo sindicalista é como será avaliada essa representação. As centrais seriam obrigadas a cumprir várias exigências e obedecer a determinados critérios de representatividade discutidos e estabelecidos por elas próprias. João Carlos Gonçalves explicou também que a regulamentação não livra os trabalhadores da contribuição obrigatória aos sindicatos nem lhes concede a liberdade de escolha.

Paim defende projeto que extingue fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) dirigiu apelo aos senadores que firmaram recurso para interposição de emendas ao projeto que extingue o fator previdenciário (PLS 296/03), já aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para que retirassem suas assinaturas. O fator previdenciário é o índice utilizado no cálculo do valor das aposentadorias e reduz os benefícios em até 30%, no caso dos homens, e 35%, no caso das mulheres, sendo calculado com base na expectativa de vida do segurado.

Paim explicou que, caso as as-

sinaturas fossem mantidas até a meia-noite de ontem, o projeto, aprovado em caráter terminativo na CAS, teria que aguardar mais cinco dias na comissão, esperando a apresentação de emendas, e poderia ser enviado ao Plenário do Senado antes de ir à Câmara, conforme determina o rito para matérias que tramitam terminativamente. O adiamento é contestado por Paim, autor do projeto, que defende seu exame imediato pelos deputados federais.

O parlamentar disse ainda entender que poderia estar havendo má vontade de lideranças da Casa, o que estaria forçando o adiamen-



Roosevelt Pinheiro

Segundo Paulo Paim, proposta interessa a todos os trabalhadores

to da tramitação da matéria.

– De qualquer modo, se quiserem que ela vá ao Plenário, sou a favor de um amplo debate, porque o assunto interessa a todos os trabalhadores, inclusive aos mais pobres, que sairão mais prejudicados – enfatizou Paim.

Governistas afirmam que reação do Executivo à decisão boliviana foi acertada, enquanto senadores da oposição criticam postura do presidente Lula

Lula agiu com maturidade na crise com a Bolívia, diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) leu e comentou, ontem, a nota emitida pelo governo brasileiro relativa à decisão do governo da Bolívia de bloquear as operações de empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras. Para Viana, o governo Lula agiu “com maturidade e determinação”, ao reconhecer a soberania boliviana e, ao mesmo tempo, manter a defesa dos seus “interesses contratuais”.

O parlamentar disse acreditar que o Brasil mostrou com esse posicionamento do governo que é o líder da América Latina, sem necessitar usar a força ou o poder econômico como aconteceria em geral na relação entre os países ricos e os demais.

A nota informa que “o governo brasileiro agirá com firmeza e tranqüilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobras, e levará adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países”.

– Não se resolve um conflito por soma zero, mas de modo



Viana afirma que, com sua postura, Brasil mostrou que é o líder da América Latina

satisfatório para os dois lados – comentou Tião Viana, citando o assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) voltou a defender a tese de que a Bolívia não nacionalizou as reservas de petróleo e gás, pois a constituição daquele país já o previa. O governo boliviano teria, sim, expropriado o patrimônio da Petrobras.

– O Brasil está negociando de cócoras, por meio da liderança do presidente da Venezuela, Hugo Chávez – afirmou Antero, acres-

centando que haverá aumento do preço do gás e que quem vai pagar é o povo brasileiro.

Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que o Brasil tem sido visto como “um país frouxo”, por não reagir a agressões a suas fronteiras, como na ação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Ele recordou ter demonstrado sua descrença há seis anos com a viabilidade do gasoduto e da estabilidade política da Bolívia.

– Não vou criticar o governo anterior [responsável pelo acordo do gasoduto], nem acho que chegaremos a um bom termo com arroubos, com força, mas com a solidariedade – respondeu Tião Viana, lembrando que a Bolívia é um país historicamente desfavorecido e de uma economia bem menor que a brasileira.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou impressionante a “moderação” da administração Lula neste episódio. O senador criticou o presidente da Bolívia, Evo Morales, por ter agido de “forma pirotécnica”.



Reação enérgica favoreceria desagregação sul-americana, avalia Roberto Saturnino

completamente a autoridade sobre seu povo – afirmou.

Saturnino considerou legítimo o direito do povo boliviano de decidir pela nacionalização, lembrando que atitude semelhante foi tomada pelo Brasil há 50 anos. Ele também lembrou que a Bolívia foi espoliada em suas reservas de prata e cassiterita, havendo, portanto, “uma lógica” na crise boliviana, ao procurar resguardar suas reservas de gás para delas extrair maiores benefícios para o povo daquele país. Afirmou ainda que, enquanto o Brasil for governado por Lula, haverá o maior respeito pelas decisões soberanas do povo boliviano.

Para Agripino, não há defesa da soberania brasileira

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), protestou, ontem, contra a postura adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no episódio da nacionalização do petróleo e do gás bolivianos. Agripino disse não considerar correta a decisão de Lula de se reunir hoje com os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, para tratar da crise.

– O Brasil tem que ter um governo do Brasil para defender seus interesses, assim como a Bolívia está defendendo os dela. Lula não pode dividir essa responsabilidade com outras pessoas. Quem está assumindo a América do Sul é Hugo Chávez – criticou.

Na avaliação do senador, a questão está sendo tratada de forma ideológica, e não diplomática. Prova disso, para ele, é o fato de que o Itamaraty e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, estariam sendo deixados à margem da situação, que estaria sendo administrada exclusivamente pelo assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. Quem sentirá as conseqüências dessa distorção, alertou Agripino, é a população brasileira.

O que deveria ser posto como prioridade no episódio, na opinião do líder do PFL, é a soberania nacional, que, para ele, é “a faculdade que só as nações independentes têm de assumir compromissos”.



José Agripino: Brasil tem que ter um governo para defender seus interesses

– Neste momento, a soberania que Lula está defendendo é a de Evo Morales, não a do povo brasileiro. Ele está agindo frouxamente – observou.

Na última segunda-feira, o presidente da Bolívia, Evo Morales, baixou decreto estabelecendo a nacionalização dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), ocupando refinarias com tropas do exército. Os diversos pontos da decisão contrariam interesses de empresas que investiram naquele país, com destaque para a Petrobras. Além disso, teme-se que o aumento no preço do gás prejudique a indústria brasileira. José Agripino condenou a atitude de Morales.

– Só um soberano pode assinar acordos internacionais e refazê-los em negociações subsequentes. Uma vez assinados, eles têm que ser cumpridos, pois quem assinou não foi uma pessoa física, mas o presidente, como chefe da nação. Revogá-los unilateralmente é quebra de compromissos internacionais – afirmou.

Agripino foi aparteado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem o Brasil estaria revoltado diante da incapacidade de reação do presidente da República.

Saturnino: Brasil não tomará medida hostil contra país vizinho

Em dois pronunciamentos feitos ontem – um deles pela liderança do PT –, o senador Roberto Saturnino (RJ) afirmou que o governo brasileiro não tomará nenhuma medida hostil ou enérgica contra o governo boliviano, pela nacionalização da exploração de petróleo e gás naquele país, que prejudicaram a Petrobras. De acordo com Saturnino, tal medida favoreceria a desagregação sul-americana.

– Obviamente há um desejo, um propósito de transformar todo esse acontecimento em uma enorme crise sul-americana, que solape definitivamente o grande projeto de integração da América do Sul, porque esse é o desejo da grande potência do norte, que sabe perfeitamente que só com a unidade sul-americana será possível resistir às imposições da política econômica neoliberal, ditada pelos Estados Unidos – afirmou Saturnino, acrescentando que o governo brasileiro considera o

projeto de integração regional essencial ao próprio desenvolvimento do país.

Saturnino manifestou sua expectativa de que seja encontrada uma solução para o problema na reunião agendada para hoje entre o presidente Lula e os presidentes Néstor Kirchner, da Argentina, Evo Morales, da Bolívia, e Hugo Chávez, da Venezuela.

O senador acusou a oposição brasileira de fomentar a crise ao falar em “expropriação”, quando o decreto boliviano que determinou a nacionalização prevê a compensação pelos investimentos feitos pelas empresas estrangeiras, motivo de negociação pelos próximos seis meses. Saturnino enfatizou que a decisão do povo boliviano, ao eleger Morales, foi pela nacionalização dos hidrocarbonetos, principal ponto de sua campanha.

– Ele, obviamente, tinha de decretar [a nacionalização], porque senão se desmoralizaria, perderia

Antonio Carlos Magalhães critica política externa do governo Lula

Crítico da atual condução da política externa brasileira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo “A diplomacia do trivial delirante”, publicado ontem pelo jornalista Elio Gaspari no jornal *O Globo*.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, o artigo do jornalista demonstra que nunca houve, na história do país, diplomacia igual à do atual governo. Depois de afirmar que a política externa brasileira é malfeita e está desmoralizada, o senador questionou a

dependência exclusiva do país em relação ao gás da Bolívia, cujas reservas foram nacionalizadas na última segunda-feira.

– Como se fica dependendo exclusivamente de um único fornecedor para enfrentar um problema energético que é complicado no mundo inteiro? – indagou o parlamentar.

Para Antonio Carlos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “é o mentor da política externa e principal responsável pelo descalabro que estamos vivendo e pela crise que se avizinha para todo o país”.

Proposta será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais e, depois, pela de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa



Maciel diz que Brasil ainda não conseguiu consolidar instituições como o Mercosul

Maciel recomenda profissionalismo na política externa

Depois de citar o caso de uma empresa privada brasileira, a EBX, que está sendo ameaçada de expropriação na Bolívia, e de referir-se à decisão do governo local de nacionalizar as reservas de gás e petróleo do país, inclusive as exploradas pela Petrobras, o senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a adoção, pelo Brasil, de uma política externa de caráter profissional e que seja aplicada de forma continuada. Ele opinou que as decisões devem ser baseadas em uma política de Estado, e não em uma política de governo.

Segundo o parlamentar, o Brasil não conseguiu consolidar instituições necessárias ao processo de inserção regional. Ele citou o caso do Mercosul, que, ao completar 15 anos de existência, ainda não conseguiu superar os conflitos na agenda econômica e comercial dos seus membros. Observou que, apesar de o número de integrantes do bloco ter aumentado, os novos países estão na condição de associados, e não na de membros plenos.

– Na realidade, a percepção, aliás, focalizada pela imprensa nacional e estrangeira, é que o Mercosul, cujo nascimento se mirou no modelo exitoso da União Européia, encontra-se em grave estágio de desfazimento de conquistas feitas e sombrias expectativas com relação ao futuro – afirmou Marco Maciel.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) considerou gravíssima a decisão unilateral adotada pelo governo boliviano com relação às suas reservas de gás e petróleo. Ele classificou o presidente Lula de incosequente pelo apoio ao então candidato Evo Morales, que agora, na Presidência do país, como frisou o parlamentar, está tomando medidas contrárias aos interesses do Brasil.

Crise acelera aprovação na CCJ do marco regulatório do gás natural

O marco regulatório para o setor de gás natural foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mediante substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A proposta foi incluída na pauta devido à decisão do governo boliviano de nacionalizar suas reservas de gás e petróleo, prejudicando interesses de nações como o Brasil, que instalou duas refinarias da Petrobras no país.

Tourinho esclareceu que a criação do marco regulatório para o setor tem a finalidade de estabelecer uma norma legal mais adequada às atividades relacionadas ao gás natural, que, segundo ele, não foram tratadas de forma específica na Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que hoje rege o setor.

O projeto (PLS 226/05), que visa, entre outros objetivos, aumentar a utilização do gás no país, estabelece regras sobre importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, lique-



Para Tourinho (esquerda, em conversa com ACM), medida atrairá investimentos para o país

fação, regaseificação, distribuição e comercialização do produto.

Na discussão da matéria, Azeredo lembrou a ocupação, na última segunda-feira, de instalações da Petrobras pelo Exército boliviano. Já Tourinho ressaltou que a aprovação da proposta tem um significado especial, porque permitirá a entrada de novos investimentos no Brasil.

– Dificilmente uma empresa voltará a investir na Bolívia, nos próximos anos. Esse marco regulatório abre uma janela para que esses investidores possam optar pelo Brasil – afirmou Tourinho.

A proposta será apreciada ainda pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nesta última em decisão terminativa.

Supervisão do sistema deve ficar a cargo da ANP

O substitutivo aprovado pela Comissão de Justiça não incorporou dispositivo do projeto original que previa a criação do Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongas). O objetivo desse órgão seria promover o uso eficiente dos gasodutos de transporte e unidades de armazenamento de gás natural para aumentar a confiabilidade do sistema.

Segundo explicou Azeredo, a supressão resultou de negocia-

ções com o governo federal. “É mais adequada a criação da figura do supervisor de gás natural, que poderá ser exercida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis”, acrescentou o parlamentar.

O projeto de Tourinho tramita em conjunto com duas outras propostas: os PLSs 100 e 101, ambos apresentados em 2004 pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele disse que sua iniciativa é simples, mas cumpriu a

missão de chamar a atenção do governo para a necessidade de se estabelecer um marco regulatório para o gás natural.

– Temos aqui hoje a oportunidade de aprovar uma lei que vai permitir a discussão de uma fonte energética fundamental para o futuro do nosso país – destacou Crivella.

O projeto de Tourinho incentiva a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem no país.

Tebet pede firmeza na negociação com governo boliviano

Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a postura da diplomacia brasileira com relação à Bolívia e pediu uma atitude mais firme e menos ingênua nas negociações com o país vizinho. Ele disse que a nacionalização das reservas de petróleo e gás, decidida pelo presidente Evo Morales, era uma medida previsível, já que havia sido prometida por ele durante a campanha eleitoral, e por isso, segundo o senador, o Brasil deveria estar preparado para reagir.

Tebet lamentou que o presidente Lula tenha apoiado publicamente Morales antes das eleições e considerou inoportuna a nota divulgada pelo governo brasileiro reconhecendo que a atitude da Bolívia é um “ato inerente à sua soberania”.

– Isso significa dizer que o Brasil explorava o povo boliviano. Depois disso, como poderemos negociar? É preciso que o presidente atenda melhor aos interesses nacionais.

O senador classificou a atitude de Evo Morales como traição, já que representaria quebra de contratos assinados entre Brasil e Bolívia e negociados durante muitos anos.



Ramez Tebet considera inoportuna nota do Planalto sobre ato do país vizinho



Antero apóia artigo que define ato de Evo Morales como “expropriação de bens”

Antero: “Lula precisa defender o Brasil, e não a Bolívia”

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sustentou ontem, da tribuna, que o presidente Lula não está defendendo a contento os interesses do Brasil na crise com a Bolívia. Ele leu artigo do jornalista Rui Nogueira, publicado na página da internet da revista *Primeira Leitura*, na qual afirma que o presidente Evo Morales, na ver-

dade, “invadiu as instalações” da Petrobras e “expropriou bens” de empresas estrangeiras.

– Lula precisa defender o Brasil, e não a Bolívia. O PT também precisa defender o Brasil e não a Bolívia – disse o parlamentar.

No artigo lido pelo senador, o jornalista observa que “Evo Morales não nacionalizou coisíssi-

ma nenhuma”, pois os recursos naturais bolivianos “estavam tão nacionalizados quanto no Brasil ou na Venezuela”, onde as instituições dizem que tais recursos pertencem ao Estado. Antero recebeu apartes de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR), Sibá Machado (PT-AC) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

Virgílio considera que o impacto da nacionalização do gás da Bolívia sobre a Petrobras seria um motivo a mais para a realização de sessão solene sobre a auto-suficiência

Líder do PSDB questiona suspensão de homenagem

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu esclarecimentos à Mesa do Senado sobre o cancelamento de sessão solene em homenagem à conquista da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo, que seria realizada ontem. Segundo explicou César Borges (PFL-BA), no exercício da Presidência, o adiamento foi motivado por requerimento de iniciativa da líder do PT na Casa, Ideli Salvatti (SC), apoiado por outros senadores, em função da crise aberta com a decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar as reservas de petróleo e gás exploradas pela Petrobras naquele país.

Após conhecer as razões do cancelamento, Arthur Virgílio considerou que o impacto da medida do governo boliviano sobre a Petrobras deveria ter servido como um estímulo a mais, e não como impedimento à realização da sessão. Ele reclamou ainda de



Virgílio protesta por não ter sido consultado sobre o cancelamento

não ter sido consultado por Ideli sobre a proposta de adiamento, uma vez que a líder petista o procurou e contou com seu apoio na solicitação de homenagem em Plenário à Petrobras.

Ao esclarecer o assunto, ela pediu desculpas a Virgílio e justificou sua atitude pela pressa exigida para decidir a questão. Embora a senadora tenha dito que compromissos do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli,

nos Estados Unidos, o impediriam de participar da sessão, motivando, então, seu adiamento, não deixou de observar que a homenagem em Plenário não seria o fórum adequado para se discutir a nacionalização das reservas petrolíferas bolivianas.

Segundo Ideli, o espaço para esse debate será nas comissões. A parlamentar adiantou ainda ter sugerido ao secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, a participação de parlamentares na reunião de chefes de Estado do Brasil, da Argentina, da Venezuela e da Bolívia, que ocorre hoje, para analisar os efeitos do decreto boliviano sobre a integração energética da América Latina.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) acusou o governo Lula de ter apoiado a campanha pela eleição de Evo Morales e de tentar tirar vantagens na conquista da auto-suficiência na produção de petróleo.

Para Virgílio, resposta de Lula a Morales foi fraca

Arthur Virgílio classificou a resposta do presidente Lula à nacionalização do gás da Bolívia “como um gesto pequeno por parte da diplomacia brasileira”.

De acordo com o senador, que comentou artigos das jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, Dora Kramer, e de *O Globo*, Miriam Leitão, a nota oficial do governo brasileiro limitou-se ao reconhecimento da soberania da Bolívia sobre seu subsolo, demonstrando

que Morales está no papel dele, de líder populista. Ao Brasil restou, segundo o parlamentar, digerir possíveis desdobramentos econômicos, como uma previsível crise no abastecimento em médio prazo e a incerteza das empresas consumidoras de gás natural.

– Lula me parece menos preparado que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e aos poucos vai enfraquecendo a

liderança do Brasil na América do Sul – assinalou.

Virgílio questionou ainda o fato de Lula ter encontrado marcado hoje com Evo Morales, Hugo Chávez e o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, na cidade argentina de Puerto Iguazú.

– Essa reunião para discutir a expropriação do gás pela Bolívia deveria ser em Brasília, somente entre Lula e Morales. É mais uma viagem de turismo? – finalizou.

Valadares comemora decisão da Petrobras

Ao comemorar a decisão do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, de suspender novos investimentos na Bolívia, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a atitude do presidente daquele país, Evo Morales, de nacionalizar a exploração do petróleo e do gás, foi uma precipitação. A seu ver, Morales agiu traiçoeiramente



Valadares é a favor da suspensão de novos investimentos na Bolívia

ao não dar qualquer sinalização prévia dessa decisão.

– O tratamento que foi dado pelo governo da Bolívia ao nosso país não levou em conta um histórico de amizade – frisou,

lembrando que recentemente o Brasil havia investido mais de R\$ 2 bilhões na construção de um gasoduto, “numa atitude de confiabilidade exagerada”.

Valadares disse ainda ter apresentado requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre a situação de Sergipe em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o senador, uma nota oficial da Receita informou que o estado está em débito com o Tesouro, o que impediria a concessão de empréstimos públicos.

Renan quer recurso contra decisão do STJ sobre convenção do PMDB

Pouco antes de participar da reunião da Executiva do PMDB, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o encaminhamento de recurso contra a deliberação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a validade da convenção de 2004, que determinou que o partido teria candidato à Presidência da República nas próximas eleições. Em 2004, ficou decidido que qualquer alteração necessitará de dois terços dos votos dos convencionais para ser aprovada.

– Não se pode impor isso a um partido. Tem, sim, que haver um recurso contra essa decisão do STJ – afirmou Renan.

Por 13 votos a 2, a Executiva do PMDB decidiu pela realização de uma convenção extraordinária do partido no próximo dia 13 de maio, para decidir sobre o lançamento ou não de candidatura própria à Presidência da República. Renan comemorou o resultado e disse que quanto mais cedo a convenção for realizada, melhor.

– O PMDB tem que decidir logo se quer ter candidato próprio ou se quer fazer alianças nos estados, que parece ser o que todos preferem. O partido hoje quer ficar livre. Se havia uma convenção que mandou fazer, mas que não



Renan apóia convenção em maio para deliberar se partido terá candidato próprio

se realizou, não tem como validar isso. Uma decisão que foi tomada com maioria simples não pode ter que ser alterada com dois terços dos votos – avaliou.

Para o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a exigência de dois terços dos votos não tem nenhuma validade. “Isso é conversa para boi dormir. Cada vez que é feita uma convenção, ela anula a outra. Os dois terços foram decididos por maioria simples, portanto não estavam qualificados para decidir isso”, sustentou.

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, acusou membros do PMDB de estarem aceitando cargos no governo para inviabilizar a candidatura de seu marido, Anthony Garotinho.

Mão Santa: “Querem fazer um partido de capitânicas hereditárias”

“Estão vendendo o nosso partido em troca de carguinhos.” O desabafo foi feito pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), da tribuna do Plenário, ao comunicar que reunião da Executiva do PMDB realizada na noite de ontem marcou para o dia 13 de maio uma convenção com o objetivo de definir se o partido terá candidato próprio à Presidência da República.

Na avaliação do senador, “pilantras e picaretas” querem transformar o PMDB, “em troca de um ou outro ministério”, em um partido de capitânicas hereditárias com o apoio, a cumplicidade e a ajuda do governo federal. Defensor da candidatura própria, Mão Santa opinou que um partido do tamanho do PMDB tem que disputar a eleição presidencial em nome da democracia.

– Eu até compreendo que alguns peemedebistas não queiram apoiar Garotinho (ex-governador do Rio, Anthony Garotinho) à Presidência, mas temos outro candidato: Itamar Franco. Se fizermos o DNA de quem é o res-



Para Mão Santa, estaria ocorrendo “a venda do PMDB em troca de cargos”

ponsável pela queda da inflação no Brasil, vamos constatar que foi ele – afirmou Mão Santa.

O senador pelo Piauí também manifestou sua solidariedade a Garotinho e pediu ao ex-governador que interrompa a greve de fome que está fazendo desde segunda-feira. Mão Santa opinou que, da mesma forma que os postulantes a candidatos não podem fazer campanha antes do período eleitoral, deveria haver instrumentos para proibir que esses mesmos candidatos “sejam destruídos” pela mídia.



Discurso do presidente Lula "é vazio e da boca para fora", critica Pavan

Pavan: governo é omissivo no apoio à agricultura familiar

Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou, ontem, que o apoio à causa da agricultura familiar no governo do presidente Lula é um "discurso vazio, da boca para fora". Para o senador, a omissão do governo é clara, por exemplo, quando o governo apóia incondicionalmente as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ainda que as reivindicações sejam justas, sem, no entanto, nada fazer para consolidar a reforma agrária nas terras improdutivas.

– As famílias do campo não necessitam de palavras de ordem, mas de regras e de mecanismos que lhes possibilitem trabalhar e produzir sem sobressaltos – disse o senador.



Segundo Gilvam, servidores do Ministério da Agricultura não têm reajuste há 11 anos

Gilvam Borges defende gratificação para servidores

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem a concessão de um pagamento adicional aos servidores do Ministério da Agricultura: a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativo Agropecuário. De acordo com o senador, essa medida foi incluída no Orçamento da União aprovado recentemente pelo Congresso.

– Seria uma gratificação concedida a título de antecipação de um plano de carreira – declarou o parlamentar, ao salientar que os servidores a serem beneficiados pela medida estão há 11 anos sem reajustes em seus vencimentos básicos.

Ao sair do depoimento fechado de Anderson Ângelo Gonçalves, o Jack, senador Alvaro Dias afirma que ele contou ter recebido dinheiro para "ficar calado" e chegou a ser dopado

Garçom de bingo diz ter ouvido planos para matar Toninho do PT

Em depoimento fechado à CPI dos Bingos, o garçom Anderson Ângelo Gonçalves (conhecido como Jack) confirmou ontem ter assistido a reuniões na casa de bingo na qual trabalhava onde, supostamente, teria sido planejado o assassinato do então prefeito de Campinas (SP), Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT. As informações foram divulgadas à imprensa pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao deixar por instantes a sala de reuniões da CPI.

Segundo o senador, Jack presenciou as reuniões sem que os participantes percebessem, porque dormia no local onde trabalhava, uma casa de bingo em São Paulo. O depoente chegou a citar nomes de algumas pessoas que teriam participado desses encontros, porém o senador preferiu que o próprio garçom os revele, quando achar necessário.

– Depois ele fez um relato do que ocorreu para evitar que ele apresentasse denúncia e apontasse nomes de pessoas – acrescentou o senador.

Além de ofertas em dinheiro (R\$ 200 mil) "para ficar calado, para que não contasse nada", o garçom disse também, afirmou Alvaro Dias, que a certa altura teria sido dopado, para que não depusesse sobre o caso. Conforme o senador, Jack disse ainda ter sido ameaçado por diversas vezes, por telefone, recebendo alertas para não depor.

Toninho do PT foi morto com três tiros em setembro de 2001, quando saía de um shopping em



Efraim: depoimentos de Jacob (D) e do garçom provam envolvimento de casas de bingo

Campinas. Os disparos foram realizados por um dos integrantes da quadrilha do seqüestrador Wanderson de Paula Lima, o Andinho. Da quadrilha, apenas Andinho está vivo, conforme informações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (Dhpp) de São Paulo.

Investigação em Amparo

Após o depoimento do garçom, a CPI dos Bingos ouviu o vereador de Amparo (SP), Luís Oscar Vitale Jacob (PP), que preside uma CPI na Câmara Municipal da cidade com o objetivo de investigar as pressões e ameaças que Anderson teria sofrido para que seu depoimento fosse impedido. O fato que mais chamou a atenção dos senadores presentes foi o garçom ter relatado, tanto na CPI dos Bingos quanto na CPI do município, que teria sido dopado na Santa Casa de Amparo, pouco antes de prestar depoimento à Justiça, e que ao retornar ao carro adormeceu e acordou na cidade de Americana. Nesses acontecimentos, o garçom disse que estava acom-

panhado de Nilton Amâncio, que possivelmente será convocado a prestar depoimento na CPI dos Bingos.

– Ouvi Anderson contando o que aconteceu quatro vezes, e nas quatro oportunidades ele não mudou uma vírgula. Ele não consegue mais trabalhar, vive mudando de cidade, pois se sente inseguro – afirmou o vereador.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), ressaltou que os depoimentos do garçom Anderson Ângelo Gonçalves e do vereador Luís Oscar Vitale Jacob comprovaram o envolvimento de casas de bingos e de empresários do ramo no assassinato de Toninho do PT. Ele informou ainda que a CPI entrará em contato com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, para que o garçom e seus familiares sejam incluídos no programa de proteção à testemunha do estado. O depoente autorizou que o colegiado quebre seu sigilo telefônico e também o de sua mãe, para que seja identificada a origem das ameaças.

Virgílio cobra providências contra fraudes em telefones

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), registrou em Plenário que o resultado de suas investigações sobre telefonemas ocorridos em seu gabinete, conforme denúncia publicada na revista *IstoÉ*, levou à constatação de despesas no valor de R\$ 164,68 em "ligações suspeitas", feitas supostamente por servidores do Senado.

A denúncia se refere a fraudes nos telefones de gabinetes de cerca de 40 senadores, que teriam beneficiado os fraudadores com

créditos de telefone celular da promoção Pula-Pula da Brasil Telecom.

O senador informou que o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, ao contrário do que diz a matéria, afirmou que todos os telefones dos 81 gabinetes dos senadores estariam envolvidos nesse tipo de ligações, e não apenas 40.

– Quero saber quem foi e quem vaza essas informações – disse o senador.

Arthur Virgílio reclamou que sua vida pública foi atingida e,

mesmo que o valor seja irrisório, espera que o Senado descubra os autores dos telefonemas. O senador César Borges (PFL-BA), na presidência dos trabalhos, informou que a Corregedoria da Casa já teria recebido sua solicitação e daria seqüência às investigações.

O representante do Amazonas também homenageou em seu pronunciamento o 155º aniversário do *Estrela do Amazonas*, primeiro jornal da então cidade de Barra do Rio Negro, atual Manaus.



Coordenadora do governo estadual receberia Bolsa Família, afirma Heráclito

Heráclito pede que o TCU investigue assessora do Piauí

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu à Mesa do Senado que solicite ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigue a denúncia de que a coordenadora de Interior do governo do Piauí, Carla Maria Pinheiro dos Santos, recebe Bolsa Família, conforme divulgado pelo portal de notícias de internet 180 Graus, do Piauí. A coordenadora, também presidente do PT de Buriti dos Lopes (PI), conforme a denúncia, possui dois CPFs, recebendo dois benefícios por mês.

Ainda segundo o senador, Carla Santos está lotada na Secretaria de Governo do Piauí, no Palácio do Governo estadual, em Teresina, onde recebe por cargo em comissão.



Proposta de Crivella fixa dedução de até 30% do valor pago em financiamento

Crivella quer deduzir do IR parcelas da casa própria

Parcela do valor pago na aquisição de imóvel residencial por meio de financiamento poderá ser deduzida do Imposto de Renda Pessoa Física, caso projeto de lei apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) seja aprovado. A proposta encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 80/06), a dedução pode chegar até a 30% dos valores pagos no ano-calendário para aquisição de imóvel residencial. Crivella destaca que a proposta pretende amenizar as barreiras impostas aos cidadãos na obtenção da casa própria.

Foram aprovadas cinco das nove emendas analisadas. Artigo que impedia contingenciamento de verbas foi retirado, mas União será responsabilizada se não mantiver repasse de recursos

Comissão de Justiça conclui exame de fundo para a educação básica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A CCJ aprovou cinco das nove emendas analisadas na reunião, tendo rejeitado três e retirado uma de pauta.

O texto básico do substitutivo de José Jorge (PFL-PE) à PEC 9/06 já havia sido aprovado na semana passada, com o parecer a 29 emendas das 38 apresentadas. Ficou para ontem a votação de nove emendas apresentadas por dois parlamentares do PT: o líder do governo, Aloizio Mercadante (SP), e Sibá Machado (AC).

Pela proposta, o Fundeb terá vigência até o ano de 2020 e será



Substitutivo de José Jorge foi alterado na CCJ

composto com 20% da receita dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), sobre Transmissão de Bens e

Direitos Causa Mortis (ITCD), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios prevista na Lei Kandir e do Imposto Territorial Rural (ITR).

O novo instrumento substitui o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Uma das principais diferenças entre eles é que o Fundef atende apenas a alunos do ensino fundamental, enquanto o Fundeb será estendido aos estudantes do ensino infantil – incluindo creches – e do ensino médio.

A proposta segue para votação em Plenário e, se mantidas as mudanças feitas pela CCJ, voltará ao exame da Câmara.

Ampliado prazo de comprometimento da União

Com a aprovação de cinco das nove emendas à PEC 9/06, que cria o Fundeb, a CCJ alterou o substitutivo de José Jorge, aprovado na semana passada na mesma comissão. Uma das modificações amplia o prazo de comprometimento da União com o novo fundo, de dois para três anos.

Essa emenda estabelece que a União deverá participar com R\$ 2 bilhões no primeiro ano de vigência do Fundeb, com R\$ 3 bilhões no segundo ano e com R\$ 4,5 bilhões no terceiro. A partir do quarto ano, a contribuição federal será de pelo menos 10% de sua participação no ano anterior.

Para garantir o cumprimento dos prazos fixados pela proposta, José Jorge havia acrescentado artigo proibindo o contingenciamento dos recursos destinados ao Fundeb pela União, mas emenda aprovada retirou do texto final a proibição de bloqueio de verbas, sob a alegação de que essa previsão já consta do artigo 160 da Constituição federal.

A União deverá ser enquadrada em crime de responsabilidade

caso não complemente os recursos como determinado. Apesar de tentarem, os senadores petistas não conseguiram derrubar o artigo que prevê o enquadramento do governo em crime de responsabilidade. Os demais membros da CCJ argumentaram que o artigo é necessário, já que a União, mesmo com a previsão constitucional, não vem complementando o atual Fundef.

O PT conseguiu inserir no substitutivo emenda que altera a previsão de reajuste anual dos valores investidos no Fundeb. Pelo texto aprovado, está prevista a “atualização de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União”.

PIS/Pasep

Os senadores da base do governo não conseguiram, no entanto, retirar do substitutivo a previsão de que parte dos recursos dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) seja destinada ao financiamento da educação infantil. Pela Constituição, a arrecadação dessas contribuições destina-se

ao seguro-desemprego e a um abono pago a empregados de empresas que contribuam para o PIS/Pasep.

Pelo texto aprovado na CCJ, os recursos dos dois programas passarão a financiar a educação infantil, a qualificação e a educação profissional do trabalhador e de seus dependentes. A princípio, José Jorge havia apresentado parecer pelo acolhimento da emenda, mas foi convencido a rejeitar a proposta pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Alvaro Dias (PSDB-PR), Patrícia Saboya (PSB-CE) e César Borges (PFL-BA).

Por outro lado, os senadores do PT obtiveram uma vitória ao conseguir retirar do texto final o artigo que previa a instituição de um piso salarial nacional para professores da rede pública de ensino, por meio de lei federal, já na regulamentação do Fundeb. José Jorge concordou com o argumento de que a discussão de uma questão polêmica como o piso salarial para o magistério poderia inviabilizar a criação do Fundeb com a urgência esperada pelo governo e pela sociedade.



Decisão da CCJ impede que condenado cumpra apenas um sexto da pena em regime fechado

Proposta impõe rigor para redução da pena nos crimes hediondos

Proposta que dispõe sobre a progressão do regime de pena para crimes hediondos foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O colegiado acolheu ontem, em decisão terminativa, projeto de lei apresentado por Demostenes Torres (PFL-GO) que mantém a imposição de prisão em regime fechado no início da pena, mas autoriza o juiz, a depender da conduta do detento primário sem outra condenação pelo mesmo delito, a conceder o regime semi-aberto somente depois da metade do tempo.

Com a iniciativa (PLS 48/06), relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o autor pretende evitar que os condenados por crimes hediondos ganhem direito a regime de progressão para regime mais brando em tempo mais curto, usufruindo dos mesmos benefícios assegurados a indivíduos julgados por crimes tidos como mais leves.

Para presidiários reincidentes no mesmo crime, a proposta aprovada só permite a concessão de regime semi-aberto depois do cumprimento de dois terços da pena em regime fechado. Emenda incorporada ao texto, apresentada pelo relator, admite que o detento passe a regime aberto somente depois do cumprimento de ao menos um sexto da pena em regime semi-aberto.

São considerados hediondos, entre outros, os crimes de latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e extorsão mediante seqüestro. De acordo com a legislação vigente – Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90) – a pena para esses delitos deve ser cumprida integralmente em regime fechado de prisão. Ao propor

novas regras, Demostenes está antecipando-se à possível derrubada do mecanismo que impede a progressão contida na lei.

Preocupação

O que motivou a proposta de Demostenes foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro, no julgamento de uma ação iniciada em São Paulo. O STF acolheu o entendimento de que o dispositivo que impede a progressão da pena fere princípio constitucional.

– Com essa interpretação, pelo menos no que tange à execução penal, autores de crimes hediondos podem ter o mesmo tratamento dispensado a criminosos comuns. Os desiguais serão vistos com os mesmos olhos, em total subversão ao mais elementar conceito de Justiça – afirma ele.

Embora válida apenas para a ação específica julgada,

Demostenes avalia que a decisão tende a ser acompanhada pelos juízes em casos semelhantes. Além disso, acrescentou, há a hipótese de declaração de inconstitucionalidade da própria lei, por conta do mecanismo que impede a progressão.

Foram rejeitadas emendas apresentadas por Sibá Machado (PT-AC) que previam a progressão em tempo mais curto. Para réu primário, a progressão para regime semi-aberto seria admitida a partir do cumprimento de um terço da pena de prisão. Também foi rejeitada a possibilidade de liberdade provisória para os réus, com ou sem fiança. De acordo com Demostenes, se acatadas, essas emendas tornariam a lei sobre os crimes hediondos a mais branda do mundo.

– Não podemos facilitar a vida de delinqüente perigoso – disse.



Demostenes quer delinqüente perigoso mais tempo na prisão

Rosewell Pinheiro

José Cruz